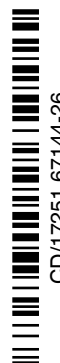


MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759, DE 2016

Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências.



EMENDA MODIFICATIVA N.º

Dê-se ao § 1º do art. 12 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, alterado pelo art. 4º da Medida Provisória nº 759, de 2016, a seguinte redação:

"Art. 12....."

§ 1º O preço do imóvel terá como base o valor mínimo da terra nua da Planilha de Preços Referenciais – PPR na data do seu cadastro, sobre o qual incidirão índices que considerem os critérios de ancianidade da ocupação, especificidades de cada região em que se situar a respectiva ocupação e dimensão da área, conforme regulamento." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A fixação do Valor da Terra Nua para a data da inscrição (cadastro) é uma maneira de ser justo com o produtor, tendo em vista que milhares de cadastros feitos em 2009 foram vistoriados e conclusos, mas poucos foram titulados (aproximadamente 5% do total), ficando o restante aguardando seu título que por motivos adversos não foi emitido. Entretanto, as tabelas referenciais foram atualizadas, por incentivo de ONG'S, Ministério Público e Tribunal de Contas, ficando o valor a ser pago muito acima da capacidade de

pagamento do produtor. A sociedade rural da Amazônia Legal se recusa a aceitar esta titulação com o novo valor, com alegações justas de que a culpa da não titulação na época é do próprio programa, não podendo recair sobre o posseiro todo ônus da burocracia, por isto sugerimos que o Valor da Terra Nua prevaleça o da época da inscrição.

Sala da Comissão, em 02 de fevereiro de 2017.

Deputado Lúcio Mosquini

